



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

RELATÓRIO E CONTAS

2018

ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

O PRESIDENTE

Stanley Hung Sun Ho

O CONSELHO GERAL

Stanley Hung Sun Ho – Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Beja - Conselheiro

Luís de Melo Champalimaud - Conselheiro

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado – Conselheiro

Francisco Murteira Nabo - Conselheiro

Ambrose So – Conselheiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Stanley Hung Sun Ho – *Presidente*

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino – *Vice-Presidente*

Mário José Brandão Ferreira

João Costa Pinto

Pedro Leitão Monjardino

COMISSÃO EXECUTIVA

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino – *Presidente*

Mário José Brandão Ferreira

Pedro Leitão Monjardino

O CONSELHO FISCAL

Manuel dos Santos Almeida – Presidente

Patrick Huen – Vogal

Francisco Manuel Constantino Pinto – Revisor Oficial de Contas





FUNDAÇÃO
Stanley Ho

ESTRUTURA, OBJETIVOS E ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO

1. INSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO

A Fundação Stanley Ho, instituída em oito de Fevereiro de 1999, é uma pessoa coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, cujos Estatutos foram publicados no Diário da República nº 53, III Série, de 4 de Março de 1999.

2. OBJETIVOS DA FUNDAÇÃO

A Fundação Stanley Ho tem por objeto a realização de ações de carácter social, cultural, educativo e filantrópico, que visem a valorização do homem e a promoção dos valores humanistas.

A Fundação desenvolverá a sua ação em todo o mundo, dando especial atenção ao território Português, privilegiando a região onde se encontra sediada e os locais de implantação dos seus investimentos.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

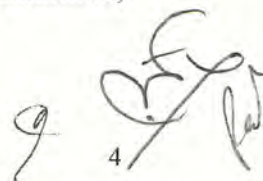
- 3.1.** No prosseguimento dos seus objetivos a Fundação, em 2018, distribuiu subsídios nas áreas da filantropia e acção social.

Em 2018, beneficiaram do apoio da Fundação as seguintes instituições e respetivos projetos:

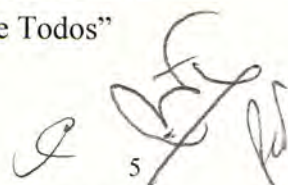
- **AMI – Assistência Médica Internacional** – subsídio para apoiar o Centro Porta Amiga de Cascais na continuação e aprofundamento do apoio social e médico à população carenciada abrangida pelo Centro.



- ***Centro Hospitalar Barreiro Montijo*** – Subsídio para aquisição de cadeiras para as diversas salas de espera deste Centro Hospitalar.
- ***José Furtado Cortes*** – subsídio na área da filantropia.
- ***Hospital S. Francisco Xavier*** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos pelas crianças internadas, durante a época Natalícia.
- ***Hospital Garcia de Orta - Almada*** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos pelas crianças internadas, durante a época Natalícia.
- ***Hospital Prisional S. João de Deus*** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos durante a época Natalícia pelos filhos dos reclusos internados neste hospital.
- ***Estabelecimento Prisional de Sintra*** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos durante a época Natalícia pelos filhos dos reclusos deste Estabelecimento Prisional.
- ***Associação Remar Portuguesa*** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos durante a época Natalícia pelas crianças desta Associação.
- ***Grupo Dramático e Recreativo “Os Leças”*** – subsídio para apoiar a organização da Festa de Natal para as crianças do Alto Seixalinho, Barreiro.



- ***Associação Apoio à Vida*** – subsídio para aquisição de roupa de bebé, fraldas e leite, para grávidas em dificuldades.
- ***Escola Mestre Domingues Saraiva*** – Oferta de equipamento de desporto para os jovens carenciados que fazem parte da equipa de atletismo, desta instituição de ensino.
- ***Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa*** – Subsídio para apoiar a organização do XXVI Sarau Cultural, espetáculo de cariz solidário, cujas receitas reverteram para a Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa.
- ***Kanimambo – Associação de Apoio ao Albinismo-Moçambique*** – Subsídio para apoiar a aquisição de protetores solares para distribuir pelas pessoas com albinismo.
- ***Município de Vendas Novas*** – Subsídio para apoiar as Festas do Concelho de Vendas Novas.
- ***Trulé – Investigação de Forças Animadas*** – Subsídio para apoiar a deslocação do Grupo Trulé à China, para participação no “7th Nacional Showcase of Puppetry and Shadow Art Inheritance”.
- ***Associação Science Matters*** – Subsídio para apoio à tradução para Português do II volume da Coleção Science Matters Series.
- ***Fundação para a Saúde*** – Subsídio para apoiar a organização do “3º Congresso do Serviço Nacional de Saúde SNS:Património de Todos”



- 3.2. Em 2018, o valor dos ónus relacionados com a afetação aos herdeiros nomeados pelo Fundador, nos termos estatutários, não se verificaram, dado o resultado operacional da Fundação ter sido negativo.

A verba de euros 405.336, que constitui passivo da Fundação e respeitante aos ónus referidos, será liquidada oportunamente aos herdeiros por terem atingido a maioria.

A situação fiscal decorrente da regularização daqueles ónus estatutários será a que for determinada pela Autoridade Tributária quando a Fundação proceder à entrega dos montantes em questão.



**SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA DA FUNDAÇÃO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**



4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA

4.1. SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira da Fundação reportada a 31 de Dezembro de 2018 é revelada pelo seu Balanço da mesma data e de onde se conclui o seguinte:

4.1.1. ATIVO

A Fundação atingiu um Ativo no valor em euros de 11.078.963,42, onde se destacam as verbas correspondentes a ativos fixos tangíveis (terrenos e prédios em fase de regularização do seu registo predial), investimentos financeiros (prédios e participações financeiras), depósitos bancários, carteira de títulos mobiliários, existência de produtos acabados maioritariamente relacionados com a existência de vinhos engarrafados e a granel, ativos imobiliários detidos para venda e devedores diversos.

A carteira de valores mobiliários detida pela Fundação no valor de euros 4.891.670, constituída por depósitos bancários, papel comercial, obrigações e ações.

O resultado anual da carteira foi negativo, na ordem dos 3%, e reflete o mau desempenho dos títulos mobiliários em 2018.

Os investimentos financeiros constituídos pelas participações financeiras líquidas de imparidades, aplicações financeiras constantes da carteira de títulos, caixa e depósitos bancários atingem um montante total de euros 6.185.399 em 2018 que se compara com euros 7.027.117 em 2017.



8

Os ativos fixos tangíveis líquidos de depreciações e imparidades correspondentes aos terrenos, edifícios e equipamentos relacionados com o desenvolvimento de actividades agrícolas e às instalações administrativas atingem o valor de euros 2.390.783 no presente exercício, que se compara em euros 2.439.634 em 2017.

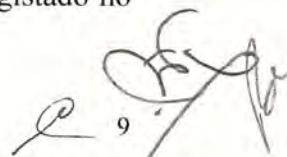
As propriedades de investimento relacionadas com edifícios e outras construções atingem o valor de euros 1.095.265, valor este igual ao do exercício anterior.

Os investimentos financeiros atingem o valor de euros 623.728, inferior ao do exercício anterior e correspondem às participações financeiras no Banco Português de Gestão e nas sociedades Mundinter e Finansol.

As participações financeiras no Banco Português de Gestão e na empresa Mundinter foram objeto de criação de imparidades, respetivamente de euros 631.535,00 e euros 464,00.

A constituição daquelas imparidades naqueles dois ativos justificam-se pela situação financeira demonstrada pelo balanço e contas daquelas instituições.

Os ativos não correntes detidos para venda, neste exercício apresentam um valor inferior ao do ano anterior e correspondem aos valores do imobiliário decorrente dos lotes do terreno urbanizado em Valejas, Concelho de Oeiras, Distrito de Lisboa, para comercialização, que atingem o montante de euros 432.154. O valor deste ativo tem vindo a diminuir por se terem efetuado vendas, dada a melhoria ocorrida no mercado naquela zona. Todavia o valor de venda dos lotes é inferior ao valor registado no Balanço.



No que se refere aos inventários, existências de produtos relacionados com as vinhas, o valor atinge neste exercício o montante de euros 208.093, inferior em euros 17.906 relativamente ao exercício anterior.

As propriedades de investimento atingem o valor de euros 1.095.265 igual ao do exercício anterior e correspondem ao edifício na Rua do Salitre, em Lisboa e à Quinta do Conde, em Colares.

Em 2018, a rubrica Devedores Diversos, atinge o valor de euros 576.729, superior em euros 45.737 relativamente ao ano anterior.

O montante desta rubrica reflete o valor de euros 227.810 referente às rendas dos edifícios ocupados pelo Hospital Particular que não foram liquidadas. A empresa Hopalis, proprietária do Hospital Particular apresentou-se à falência e encontra-se em situação de liquidação judicial. A Fundação foi considerada pelo Tribunal como credora da massa falida.

No entanto o processo que deu entrada em 2014 apenas foi apensado ao processo de insolvência em final de 2017, pelo que continuamos a aguardar o pagamento, pelo menos parcial, das referidas rendas.

4.1.2. PASSIVO

O Passivo Corrente da Fundação atinge o valor em euros de 1.015.629 superior em euros 29.707 relativamente ao ano anterior, sendo representado pelas seguintes rubricas:



- O montante de euros 405.336, correspondente aos custos estatutários, respeitando a valores a afetar a fundos. Trata-se de obrigações da Fundação assumidas, nos termos dos seus estatutos, perante os herdeiros do Fundador aquando das doações de patrimónios ou entregas de fundos pelo Fundador. Este montante será entregue aos herdeiros do Fundador, conforme já foi referido no ponto 3.2 deste Relatório.
- O montante de euros 500.000,00 corresponde ao saldo em dívida de empréstimo concedido pelo Fundador para reforço da situação financeira da Fundação.
- A rubrica Credores Diversos atinge o valor de euros 108.788, superior em euros 28.202 relativamente ao ano anterior, e corresponde às dívidas correntes com fornecedores e outros credores.

4.1.3. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O valor da situação líquida da Fundação passou do montante de euros 11.309.028 em 2017 para euros 10.063.334 em 2018.

A diminuição decorre do resultado negativo registado no exercício no valor de euros 1.245.693,43.

4.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA

A situação económica da Fundação é demonstrada pelo Mapa dos Rendimentos e Gastos de onde se conclui o seguinte:



4.2.1. RENDIMENTOS E OUTROS

- Os rendimentos decorrentes das vendas da actividade agrícola em 2018 atingiram o valor de euros 215.078, e corresponde às vendas de mercadorias e prestação de serviços no âmbito da atividade agrícola, apresentaram uma descida de cerca de 7%.
- Deste valor destaca-se a venda de uva que atingiu o montante em euros de 75.515, a venda de vinho engarrafado e a granel no valor de euros 139.563, dos quais 45.689 euros correspondem a vinho engarrafado destinado à exportação para a China, Macau e Timor.

Neste exercício não ocorreu a venda de cortiça o que acontecerá, previsivelmente, em 2020, com impacto muito positivo na margem comercial dos produtos agrícolas.

- Em 2018 a Fundação iniciou um projeto de reestruturação de 10 hectares de vinha, que se estenderá a meados de 2019. Este projeto foi subsidiado pelo IFAP no valor de euros 67.042.
- A verba de receitas correspondente aos valores das rendas de imóveis, rendimentos dos investimentos financeiros e outros, atingiram um total de euros 60.782.
- A variação do rendimento decorrente do justo valor dos investimentos em instrumentos financeiros, atingiu um valor negativo de euros 198.386, resultante de uma rentabilidade negativa de cerca de 3% da carteira de títulos mobiliários gerida pelo Banco Português de Gestão.



12

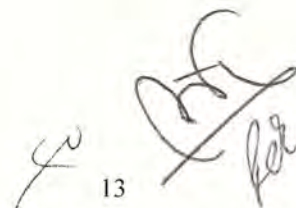
- A rubrica de Outros Gastos e Perdas atinge um valor negativo de euros 252.155 e resulta substancialmente pela alienação de lotes de terreno urbanizado em Valejas/Oeiras, por valores inferiores ao montante contabilizado em Balanço. Prevê-se que os três lotes ainda por alienar possam, em 2019, ser vendidos por valor superior, dada a atual situação do mercado naquela zona.

4.2.2. CUSTOS E OUTROS

- As despesas mais significativas neste exercício respeitam:
 - às despesas com pessoal no valor de euros 167.088, que apresentam um acréscimo de 20% pela nomeação de um administrador com funções executivas.;
 - às despesas com fornecimentos e serviços externos no valor de euros 158.885, superior ao exercício anterior;
 - aos subsídios atribuídos pela Fundação no valor de euros 12.720, ligeiramente superior ao valor do ano anterior.

O quadro de pessoal é composto por quatro elementos, a que acresce um administrador com funções executivas.

As despesas com os órgãos sociais correspondem ao salário do administrador com funções executivas e aos honorários do Revisor Oficial de Contas. Os restantes elementos do Conselho de Administração e dos outros Órgãos Sociais não auferem quaisquer remunerações.



- O cálculo da margem bruta das vendas da uva e do vinho, resulta do valor das vendas somado à variação positiva ou negativa das existências no final do ano e abatido do custo das mercadorias vendidas e matérias primas consumidas.

A margem bruta obtida por aquela diferença, atinge um valor negativo na ordem de euros 1.777, bastante inferior ao ocorrido no exercício anterior, e não contribuindo para a cobertura das restantes despesas da Fundação.

Conforme já mencionado, neste exercício as vendas referem-se apenas às uvas e aos vinhos, dado que não ocorreu venda de cortiça.

- A rubrica de imparidades e outros gastos e perdas apresenta um saldo negativo de euros 631.999 e decorre da criação de uma imparidade de euros 631.535 no investimento em ações do BPG e de euros 464 no investimento em ações da empresa Mundinter.
- Os gastos com as amortizações no valor de euros 67.304 são ligeiramente superiores em relação ao ano anterior.
- Em 2018 não ocorreram custos com os herdeiros do Fundador por a Fundação ter apresentado um resultado operacional negativo, não permitindo o benefício anual.
- Neste exercício não ocorreu o imposto sobre o rendimento por o resultado ter sido negativo.



14

4.2.3. SALDO

O saldo de rendimentos e gastos é negativo e o seu valor atinge o montante de euros 1.245.693, muito superior relativamente ao exercício anterior.

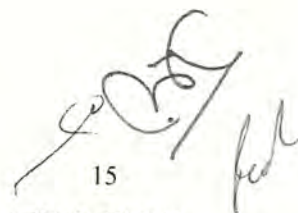
Este resultado negativo decorre essencialmente pela margem negativa da venda dos produtos da vinha, da rentabilidade negativa da carteira de títulos mobiliários detidos pela Fundação e constituição de imparidades nos ativos financeiros correspondentes às participações no capital do Banco Português de Gestão e na empresa Mundinter.

5. PERSPETIVAS FUTURAS

No exercício de 2019 prevê-se que não ocorra uma variação significativa no volume de venda dos produtos da vinha relativamente ao exercício anterior. Não está prevista este ano a venda de cortiça, dada a sazonalidade deste produto.

O mercado nacional do vinho é de difícil penetração, apesar de se ter vindo a aumentar as vendas do vinho engarrafado através do nosso distribuidor para o mercado nacional.

Assim, prevê-se continuar a desenvolver esforços no sentido de exportar o nosso produto, cuja qualidade tem vindo a afirmar-se, mesmo que, para o efeito, se tenha de suportar alguns custos na promoção do vinho no estrangeiro.



No que se refere à venda de lotes de terreno localizados em Valejas, concelho de Oeiras, propriedade da Fundação, sente-se uma melhoria no mercado imobiliário prevendo-se, por isso, que em 2019 ocorra a venda dos três lotes de terreno restantes e a preços um pouco superiores aos contratados em 2018, apesar de que, provavelmente, não atingirão os valores de balanço destes ativos.

No que respeita à carteira de títulos, esperamos que ocorra uma rentabilidade positiva e o resultado superior à inflação no País.

Em 2019 vai procurar-se avaliar a possibilidade de transformar o edifício sito na Rua do Salitre, em Lisboa, propriedade da Fundação, em apartamentos para colocar no mercado de arrendamento e de venda, dada a procura deste tipo de produtos nesta área de Lisboa, a preços que justificam o investimento. Considera-se que o imobiliário é uma opção adequada para o aumento do rendimento da Fundação resultando uma taxa de rendibilidade atrativa, com risco inferior aos investimentos em títulos mobiliários e contribuindo para a diversificação dos investimentos da Fundação com impacto positivo no risco. Todavia, se o investimento for considerado muito elevado poder-se-á, em alternativa, vender este imóvel.

Em 2019 a Fundação pretende dar continuidade ao reforço da afirmação da Instituição, junto das comunidades regionais onde se encontra sediada ou nos locais de implantação dos seus investimentos, através de distribuição de subsídios.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 13-A/2013, publicada no Diário da República, 1ª série, de 8 de Março de 2013, com as decisões finais tomadas na sequência do Censo às fundações determinado pela Lei nº 1/2012, classificou a Fundação Stanley Ho entre as “*fundações com decisões de manutenção ou sem decisões de alteração*” mantendo-se também o seu estatuto de utilidade pública.

No entanto, a publicação da Lei-Quadro das Fundações, através da Lei nº 24/2012, de 9 de Julho, veio impor determinadas regras às fundações designadamente a reapreciação do estatuto de utilidade pública que lhes havia sido atribuído. Dando cumprimento a esta disposição legal, a Fundação Stanley Ho submeteu à Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros o pedido de confirmação do estatuto de utilidade pública tendo, em Setembro de 2013, sido notificada para audiência prévia a respeito das conclusões da instrução do processo que iam no sentido da intenção de indeferimento do pedido.

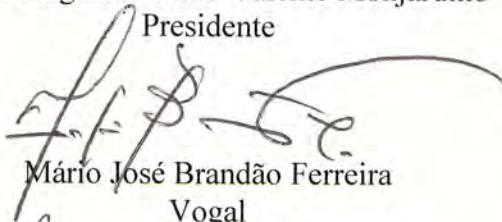
A pronúncia ao projecto de decisão deu entrada na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros em 24 de Setembro de 2013, continuando-se a aguardar o despacho com a decisão final que a tal pronúncia vier a merecer.

Lisboa, 27 de junho de 2019

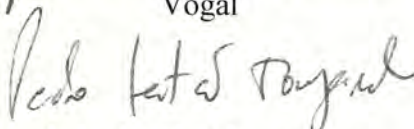
A COMISSÃO EXECUTIVA



Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino
Presidente

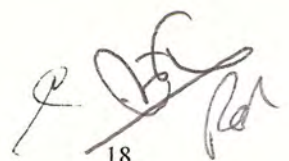


Mário José Brandão Ferreira
Vogal



Pedro Leitão Monjardino
Vogal

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS E GASTOS

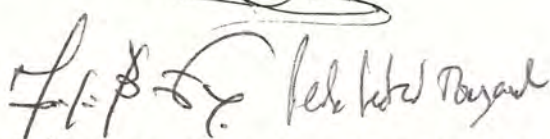


BALANÇO DA FUNDAÇÃO STANLEY HO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO	Notas	2018	2017
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	4	2.390.782,93	2.439.633,79
Propriedades de Investimento	5	1.095.265,22	1.095.265,22
Investimentos Financeiros	6	623.728,43	1.568.032,71
Ativos Não Correntes Detidos para Venda	7	432.153,75	969.354,61
Total do Activo não corrente		4.541.930,33	6.072.286,33
ATIVO CORRENTE			
Inventários	10	208.093,09	225.999,75
Devedores Diversos	8	576.729,30	530.992,31
Diferimentos	9	574,81	8.071,59
Outros Ativos Financeiros	11	4.762.797,54	3.777.671,23
Caixa e Depósitos Bancários	12	988.838,36	1.681.412,62
Total do Activo Corrente		6.537.033,10	6.224.147,50
TOTAL DO ATIVO		11.078.963,43	12.296.433,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		2018	2017
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		551.520,83	551.520,83
Doações Diversas		18.358.023,23	18.358.023,23
Resultados Transitados	13	(7.600.516,23)	(7.505.400,56)
Resultado líquido do período		(1.245.693,43)	(95.115,67)
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		10.063.334,40	11.309.027,83
PASSIVO CORRENTE			
Valores a Afetar a Fundos	14	405.336,31	405.336,31
Financiamentos Obtidos	15	500.000,00	500.000,00
Diferimentos	16	1.504,67	1.484,11
Credores Diversos	17	108.788,05	80.585,58
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		1.015.629,03	987.406,00
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		11.078.963,43	12.296.433,83

A Comissão Executiva

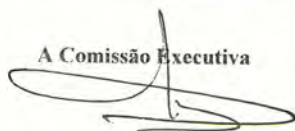
O Contabilista Certificado




DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS E GASTOS DA FUNDAÇÃO STANLEY HO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e Serviços Prestados	18	220.126,12	230.928,64
Subsídios, doações e legados à exploração	28	67.042,17	
Variação nos inventários da produção	20	(17.906,66)	21.781,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(203.995,77)	(186.083,53)
Fornecimentos e serviços externos	22	(158.884,82)	(77.181,88)
Subsídios Atribuídos	21	(12.720,17)	(12.566,37)
Gastos com o pessoal	23	(167.087,76)	(138.160,35)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)		(631.998,80)	(6.068,29)
Aumentos/reduções de justos valor	24	(198.386,24)	87.931,20
Outros Rendimentos e Ganhos	25	60.782,12	55.606,96
Outros Gastos e Perdas	26	(252.154,85)	(101.348,87)
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. E impostos		(1.295.184,66)	(125.160,55)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(67.303,51)	(63.301,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financ.e impostos)		(1.362.488,17)	(188.462,17)
Juros e rendimentos similares obtidos	27	116.794,74	93.346,50
Resultado antes de impostos		(1.245.693,43)	(95.115,67)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(1.245.693,43)	(95.115,67)

A Comissão Executiva



O Contabilista Certificado



F. P. S.
Pelo Diretor Regional

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO
EXERCÍCIO DE 2018**



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores,

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO STANLEY HO**, examinou o relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Rendimentos e Gastos e o respetivo anexo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, conseqüentemente, vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
2. No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a atividade da Fundação e a sua gestão, tendo recebido do Conselho de Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos sobre a gestão da Fundação no ano 2018.
3. Durante o exercício verificámos com regularidade os livros, os registos contabilísticos, os documentos que lhes servem de suporte e demais documentação, contabilizados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e, constatamos a observância da lei e dos estatutos.
4. Tomámos conhecimento do conteúdo da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual emitidos, nos termos da lei em vigor, pelo membro que exerce funções na qualidade de Revisor Oficial de Contas, documentos que merecem a nossa concordância.
5. O relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, explicita e complementa as peças contabilísticas e dá relevo aos aspetos mais importantes da actividade da Fundação e da sua gestão.
6. Em nossa opinião, o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos Rendimentos e Gastos, o Anexo, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação patrimonial e financeira e dos resultados da Fundação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.



PARECER

7. Com base no relatório exposto, somos de parecer que:

- Sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas.

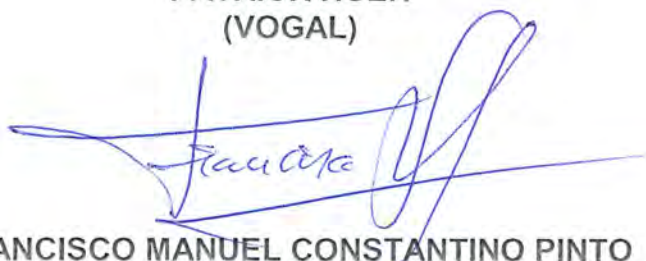
Lisboa, 4 julho 2019

O CONSELHO FISCAL



MANUEL DOS SANTOS ALMEIDA
(PRESIDENTE)

PATRICK HUEN
(VOGAL)



FRANCISCO MANUEL CONSTANTINO PINTO
(REVISOR OFICIAL CONTAS Nº 694)





FUNDAÇÃO
Stanley Ho

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

24

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS / RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditei as demonstrações financeiras anexas de **FUNDAÇÃO STANLEY HO**, que compreendem a demonstração da posição financeira / o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 11.078.963,43 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.063.334,40 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.245.693,43 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Na minha opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção bases para opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FUNDAÇÃO STANLEY HO** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Base para a opinião com reserva

Conforme mencionado no relatório de gestão da Fundação, o montante da rubrica de devedores diversos reflete o valor a receber de 227.810,00 euros referente às rendas dos edifícios ocupados pelo Hospital Particular que não foram liquidadas. A empresa Hopalis, proprietária do Hospital Particular apresentou-se à falência e encontra-se em situação de liquidação judicial, pelo que deveria ter sido criada a respetiva imparidade.

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A minha responsabilidade nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião com reservas.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identifiquei e avaliei os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebi e executei procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtive prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtive uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliei a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Conclui sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se conclui que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliei a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comuniquei com os encarregados de governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

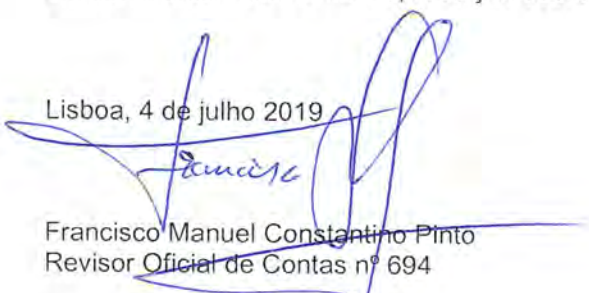
A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Lisboa, 4 de julho 2019


Francisco Manuel Constantino Pinto
Revisor Oficial de Contas n.º 694

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO
EXERCÍCIO DE 2018**

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados referente ao exercício de 2018

1. Nota introdutória

A Fundação tem a sua sede social No Edifício Pedro Álvares Cabral, Lisboa e foi constituída em 8 de Fevereiro de 1999 e tem como atividade principal a realização de ações de carácter social, cultural, educativo e filantrópico.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

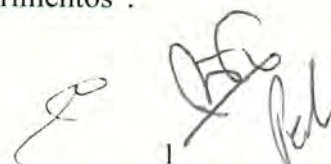
A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data da transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras Contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.



1

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Aos ativos realizáveis e aos passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” são classificados como ativos ou passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substancia contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

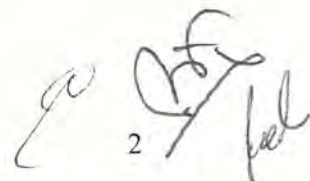
Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo e nas demonstrações financeiras.

h) Derrogações das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:



2

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que os Administradores formulem julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos intangíveis

O único ativo fixo intangível encontra-se registado ao custo de aquisição e está totalmente amortizado.

b) Impostos sobre o rendimento do período

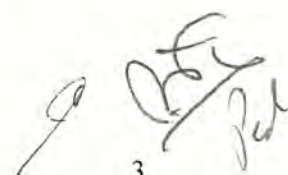
Fundação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa geral.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (10 anos para a segurança social, até 2000 inclusive, e 5 anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

c) Clientes e Outros valores a receber (Devedores diversos)

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” (devedores diversos) não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuindo de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

d) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa.



3

Esta rubrica inclui Caixa e Depósitos À Ordem em bancos.

e) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Fundação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do redito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

4. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	2 914 918,10	2 914 918,10
Edifícios e outras construções	2 355 481,20	2 355 481,20
Equipamento transporte	433 204,14	423 617,58
Equipamento administrativo	14 552,91	13 479,32
Equipamento biológico	194,21	194,21
Outros activos fixos	427 029,62	419 549,62
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-67 303,51	-63 301,62
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-3 687 606,24	-3 624 304,62
Abate exercício	312,50	0,00
	-3 754 597,25	-3 687 606,24
Valor líquido contabilístico	2 390 782,93	2 439 633,79

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2018 são analisados como segue:






FUNDAÇÃO
Stanley Ho

(valores em euros)					(valores em euros)		
Descrição	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	2 914 918,10						2 914 918,10
Edifícios e outras construções	2 355 481,20						2 355 481,20
Equipamento básico	0,00						0,00
Equipamento de transporte	423 617,58	12 086,56				-2 500,00	433 204,14
Equipamento administrativo	13 479,32	1 073,59					14 552,91
Equipamentos biológicos	194,21						194,21
Outros activos fixos tangíveis	419 549,62	7 479,62					427 029,62
	6 127 240,03	20 639,77	0,00	0,00	0,00	-2 500,00	6 145 380,18
Depreciação acumulada e imparidade							
Terrenos e recursos naturais	-911 661,62	-282,59					-911 944,59
Edifícios e outras construções	-1 984 716,26	-48 220,38				0,00	-2 032 936,38
Equipamento básico							
Equipamento de transporte	-369 188,20	-15 075,02		0,00		312,50	-383 950,72
Equipamento administrativo	-14 861,82	-1 609,00				0,00	-16 470,70
Equipamentos biológicos	-194,21						-194,21
Outros activos fixos tangíveis	-406 984,13	-2 115,00				0,00	-409 100,65
	-3 687 606,24	-67 301,99	0,00	0,00	0,00	312,50	-3 754 597,25
Total	2 439 633,79						2 390 782,93

5. Propriedades de investimento

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Activo não corrente		
Quinta do Conde em Colares	448.948,47	448.948,47
Predio na Rua Salitre	646.316,75	646.316,75
Total	1.095.265,22	1.095.265,22

6. Investimentos Financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Investimentos Financeiros		
Participações de capital		
Banco Português de Gestão	1 319 470,00	1 319 470,00
Mundinter	6 685,95	6 685,95
Finansol, SGPS, SA	277 331,63	277 331,63
Empréstimos concedidos		
Mundinter	21 070,00	42 070,00
Outros Investimentos		
FCT (Fundo Compensação)	582,77	361,00
Papel Comercial	0,00	291 527,25
Perdas por imparidade		
Banco Português de Gestão	-994 880,38	-363 344,83
Mundinter	-6 531,54	-6 068,29
Total	623 728,43	1 568 032,71

7. Ativos não correntes detidos para venda

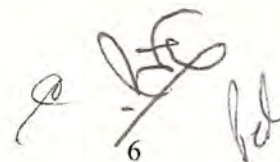
Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo não corrente		
Prédio Valejas	432 153,75	969 354,61
Total	432 153,75	969 354,61

8. Devedores Diversos

A rubrica de devedores diversos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Devedores Diversos		
Cientes	203 237,81	168 541,14
Outros devedores e credores	277 588,48	281 019,50
Estado e outros entes publicos	95 903,01	81 431,67
Total	576 729,30	530 992,31

9. Diferimentos

A rubrica diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Activo Corrente		
Diferimentos		
Seguros	574,81	1 199,06
Rendas	0,00	5 351,53
Diversos	0,00	1 520,00
Total	574,81	8 070,59

10. Inventários

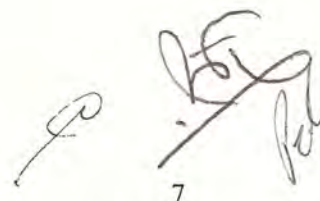
A rubrica de inventários é analisada como segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Produtos acabados		
Armazem Vale Cebolas	138.726,94	150.187,90
Armazem Colares	69.366,15	75.811,85
Total	208.093,09	225.999,75

11. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Activos Financeiros		
BPG		
Obrigações	2 456 276,21	1 520 873,50
Ações	2 061 693,32	2 256 797,40
Papel Comercial	244 828,01	0,00
Total	4 762 797,54	3 777 670,90

12. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	449,54	101,43
Depósitos à ordem	328 388,82	146 311,19
Depósitos a prazo-BPG	660 000,00	1 535 000,00
Total	988 838,36	1 681 412,62

13. Resultados transitados

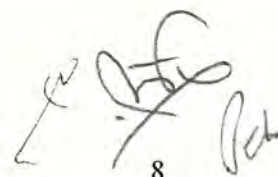
A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo do exercício anterior no montante de -95.115,67 euros. A rubrica de resultados transitados inclui igualmente prejuízos de exercícios anteriores.

14. Valores a afetar a fundos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Valores a afectar a fundos	405.336,31	405.336,31
Total	405.336,31	405.336,31

Estes valores estão afetos aos filhos do Dr. Stanley Ho através da escritura de doação.

15. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Outros Financiadores Dr. Stanley Ho	500.000,00	500.000,00
Total	500.000,00	500.000,00

16. Diferimentos Passivo Corrente

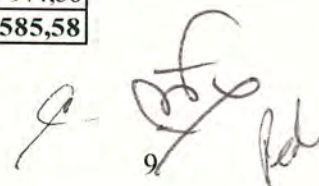
A rubrica diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Diferimentos Rendimentos a reconhecer Rendas	1.504,67	1.484,11
Total	1.504,67	1.484,11

17. Credores Diversos

A rubrica “Credores diversos” em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 tinha a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Credores Diversos		
Fornecedores	23 103,40	11 841,11
Remunerações a liquidar	17 957,88	16 836,98
Outros credores por acrescimo	10 842,20	4 729,35
Outras contas a pagar	51 089,05	41 206,58
Estado e outros entes publicos	5 795,58	5 971,56
	108 788,11	80 585,58

18. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Vendas	208 627,50	221 940,52
Serviços prestados	11 498,62	8 988,12
	220 126,12	230 928,64

19. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

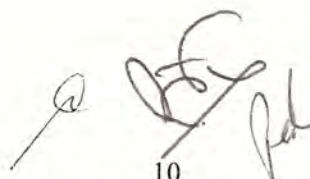
Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	Matérias Primas e Matérias Subsidiárias
1 Inventários iniciais	
2 Compras	203 995,77
3 Reclassificação e regularização de inventários	
4 Inventários finais	
5 CMVMC (5=1+2+3-4)	203 995,77

20. Variação nos inventários da produção

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	Produtos acabados
1. Inventários iniciais	225 999,75
2. Inventários finais	208 093,09
Variação da produção (2-1)	-17 906,66

21. Subsídios atribuídos e Custos Estatutários

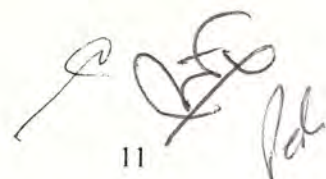
Os custos estatutários não se alteraram devido ao prejuízo no presente exercício, como se exemplifica nos cálculos abaixo:

Os subsídios e os custos estatutários analisam-se da seguinte forma:

	Doações	%	R.Operacionais
Dr. Stanley Ho	16.955.241,88	92%	-327.943,66 (A)
Fundação Oriente	1.397.781,35	8%	-27.035,51
		100	
TOTAL	18.353.023,23	%	-354.979,17 (B)
Custos Estatutários			
(A) x 25%			-81.985,92
MÁRIO HO YAU KWAN (1995)			-40.992,96
ALICE HO CHIU YAN (1999)			-40.992,96
TOTAL			-81.985,92

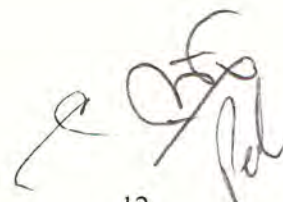
NOTA:

(B) = Total Rendimentos (C/71+C/72+C/73+C/77+C/78+C/79) – CMVMC (C/61) – FSE (C/62)
- Gastos Pessoal (C/63) - Gastos Financeiros (C/66+C/6886+c/687)

Rubricas	2018	2017
1. Custos estatutários com herdeiros	0,00	0,00
2. Subsídios	12.720,17	12.566,37
Grupo "Os Leças" - Alto Seixalinho	150,00	150,00
Hospitais Publicos, Estabelec. Prisionais e Assoc. Remar Portuguesa	1.690,67	1.639,22
Centro Hospitalar do Barreiro Montijo	1.802,00	
Santa Casa Misericórdia Vendas Novas	0,00	750,00
Santa Casa Misericórdia Canha	0,00	500,00
Fundação AMI	1.500,00	2.000,00
Município Vendas Novas	1.845,00	1.845,00
José Fortunato Cortes	1.125,00	2.250,00
Escola Mestre Saraiva	600,00	500,00
Patrocínio " Apoio Concerto Tributo a Macau"	0,00	1.000,00
Apoio à Produção Série Documental "Macau"	0,00	615,00
Conferencia Internacional Science Matters	0,00	750,00
Kin Man Cheong	0,00	480,00
Instituição Catiga	0,00	87,15
Associação Estudantes Faculdade Medicina	300,00	
Associação Science Matters	250,00	
Fundação Saúde	1.000,00	
KANIMAMBO - Assoc. Apoio Albinismo	1.600,00	
Trulé – Investigação Forças Animadas	700,00	
Associação Apoio à Vida	157,50	
Total	12.720,17	12.566,37

Neste exercício pelo facto do resultado líquido ser negativo há lugar à imputação dos custos estatutários a atribuir aos herdeiros da Fundação.

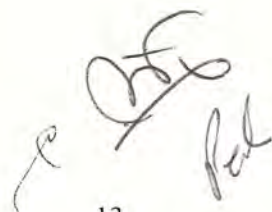
22. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	53 316,40	23 925,27
Publicidade e propaganda	0,00	0,00
Honorários	4 031,08	6 198,72
Conservação e reparação	37 209,10	4 140,79
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 686,31	1 288,51
Material de escritório	816,22	637,00
Energia e fluidos:		
Electricidade	1 141,96	321,00
Combustíveis	8 380,23	6 681,00
Água	185,55	197,50
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	909,35	583,00
Serviços diversos:		
Comunicação	4 134,65	4 201,56
Seguros	1 974,82	2 779,98
Limpeza, higiene e conforto	69,07	505,00
Outros serviços	45 030,08	25 722,55
	158 884,82	77 181,88

23. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

Descrição	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	34 410,56	6 627,00
Remunerações do pessoal	93 419,29	103 299,90
Encargos sobre remunerações	25 808,01	21 906,00
Seguro acidentes trabalho	8 301,15	5 318,00
Outros	5 148,75	1 009,45
	167 087,76	138 160,35

O número médio de empregados ao serviço da Fundação no exercício de 2018 foi de 5.

24. Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

Descrição	2018	2017
Ganhos por aumento de justo valor	414.960,99	159.431,13
Perdas por reduções de justo valor	-613.347,23	-71.499,93
	-198.386,24	87.931,20

25. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2018	2017
Rendimentos e ganhos em investim.nao financeiros	42.815,89	10.418,75
Outros	13.666,02	43.105,21
Correcções exercício anteriores	4.300,21	2.083,00
	60.782,12	55.606,96

26. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2018	2017
Impostos	4.243,22	7.679,29
Gastos e perdas em Invest. Não Financeiros	219.294,86	91.931,00
Outros	28.616,77	1.738,58
	252.154,85	101.348,87

27. Juros e Rendimentos similares recebidos

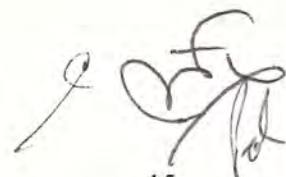
A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	2018	2017
Depositos bancarios	2 007,78	40 705,00
Obrigações	114 786,96	38 630,30
Dividendos obtidos		14 011,20
	116 794,74	93 346,50

28. Subsídios à exploração

Descrição	2018	2017
Subsidios do Estado		
IFAP	67.042,17 -	
	67.042,17	0,00

A Fundação Stanley Ho recebeu neste exercício um subsídio do IFAP no montante de 67.042,17€ para reestruturação da vinha.

29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº5 do artº66 do Código das Sociedades Comerciais.

30. Informações exigidas por diplomas legais

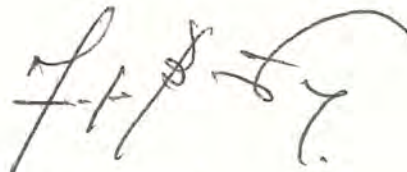
A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artº209º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional

O Contabilista Certificado



A Comissão Executiva


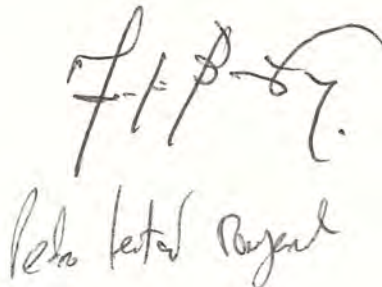


Pedro Álvares Cabral

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2018

	2018	2017
Vendas e serviços prestados	220.126,12	230.928,64
Custo das vendas e dos serviços prestados	(203.995,77)	(186.083,53)
Resultado bruto	16.130,35	44.845,11
Outros rendimentos	641.673,36	330.166,53
Gastos de distribuição	0,00	0,00
Gastos administrativos	(338.692,75)	(227.908,60)
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00
Outros gastos	(1.564.804,39)	(242.218,71)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1.245.693,43)	(95.115,67)
Gastos de financiamento (líquidos)		
Resultados antes de impostos	(1.245.693,43)	(95.115,67)
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Resultados líquido do período	(1.245.693,43)	(95.115,67)

A Comissão Executiva

Pedro Álvaro Cabral

O Contabilista C O Contabilista Certi





FUNDAÇÃO
Stanley Ho

FLUXOS DE CAIXA DA FUNDAÇÃO STANLEY HO
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2018

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	149.094,16	232.478,65
Pagamentos a fornecedores	(352.217,52)	(294.938,81)
Pagamentos ao pessoal	(165.966,86)	(136.937,35)
Caixa gerada pelas operações	(369.090,22)	(199.397,51)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(3.298,11)	2.914,23
Outros recebimentos/pagamentos	(283.442,70)	(231.766,73)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(655.831,03)	(428.250,01)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(20.640,00)	(24.422,67)
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos		
Subtotal	(20.640,00)	(24.422,67)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	2.500,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00
Investimentos financeiros	849.728,34	99.881,41
Outros ativos		0,00
Subsídios ao investimento		0,00
Juros e rendimentos similares	116.794,74	173.442,33
Dividendos		
Subtotal	969.023,08	273.323,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	948.383,08	248.901,07
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		2.500,00
Outras operações de financiamento		
Subtotal	0,00	2.500,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Subtotal	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	2.500,00
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	292.552,05	(176.848,94)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.459.083,85	5.635.932,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.751.635,90	5.459.083,85

O Contabilista Certificado

A Comissão Executiva

Anexo à Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2018

	2018	2017
Numerário	449,54	101,43
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	328.388,82	146.311,19
Equivalentes a caixa Depósitos a prazo	660.000,00	1.535.000,00
Outras disponibilidades Outros Instrumentos Financeiros	4.762.797,54	3.777.671,23
TOTAIS	5.751.635,90	5.459.083,85



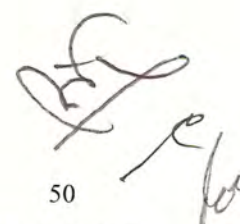

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO DE CAPITAL NO PERÍODO 2017

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Montantes expressos em EUROS (sem decimais)													
		Fundos	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Doações Diversas	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Fundo de Capital
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	551 520,83						-4 813,494			18 355 523	(2 691,906)	11 401 644		11 401 644
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de dem. financeiros															
Realização do exced.revalor. AFT e AI															
Exced.revalor. AFT e AI e respectivas variações								(2 691,906)				2 691,906	(0)		(0)
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital															
Resultado líquido do período	7							(2 691,906)				2 691,906	(0)		(0)
Resultado integral	8											(95,116)	(95,116)		(95,116)
	9 = 7+8											2 596 790	(95,116)		(95,116)
Operações com detentores de Fundo Capital:															
Realizações de fundos															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações										2 500			2 500		2 500
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	10	551 521						(7 505 400)			18 358 023	(95,116)	11 309 028		11 309 028
	6+7+8+10														

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO DE CAPITAL NO PERÍODO 2018

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Doações Diversas	Resultado líquido do período	Montantes expressos em EUROS (sem decimais)		
													TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Fundo de Capital
6		551.521						(7.505.400)			18.358.023	(95.116)	11.309.028		11.309.028
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de dom. financeiras															
Realização do exced. revalor. AFT e AI															
Exced. revalor. AFT e AI e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital					0.00			(95.116)				95.116			
7								(95.116)				95.116			
Resultado líquido do período												(1.245.693)	(1.245.693)		(1.245.693)
Resultado integral	9 = 7+8											(1.150.577)	(1.245.693)		(1.245.693)
Operações com detentores de Fundo Capital:															
Realizações de fundos															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
10															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6+7-8+10	551.521						(7.600.516)			18.358.023	1.245.693	10.063.335		10.063.335

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA



EXMA. ADMINISTRAÇÃO
FUNDAÇÃO STANLEY HO
EDIFÍCIO PEDRO ÁLVARES CABRAL
DOCA DE ALCÂNTARA (Norte)
1350-352 LISBOA


RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido na sequência do trabalho desenvolvido relativamente à Revisão às Contas de 2018.
2. Procedi à revisão legal das contas dessa empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade que considerei necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emiti a Certificação Legal de Contas, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.
3. No decorrer do exercício acompanhámos a atividade da Fundação, através da informação contabilística e da respectiva documentação de suporte, através dos serviços, assim como pelo trabalho desenvolvido sobre as demonstrações financeiras.
4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
 - (a) Acompanhamento da atividade e gestão da empresa, e reuniões com os responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerei necessários;
 - (b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo;
 - (c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos que lhes servem de suporte.
 - (d) Análise do sistema de organização da empresa, com vista ao planeamento do âmbito e extensões dos procedimentos de auditoria, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados;
 - (e) Realização dos testes substantivos, que considerei adequados em função da materialidade dos valores envolvidos;
 - (f) Análise, conferência das reconciliações bancárias e da resposta à circularização bancária dos saldos a 31 de Dezembro.
 - (g) Solicitação ao advogado e outras entidades de informações e saldos a 31 de dezembro, responsabilidades, litígios, acções judiciais pendentes, reclamações e impugnações fiscais;

- (h) Análise aos movimentos e saldos das contas a receber e a pagar;
- (i) Verificação da situação fiscal e análise aos movimentos e saldos das contas do Estado e Outros Entes Públicos;
- (j) Conforme mencionado nos anos anteriores, foi concedido no ano de 2008 à Fundação um empréstimo de 500.000,00 euros pelo Dr. Stanley Ho que ainda não se encontra formalizado por contrato.
- (k) Conforme mencionado no relatório de gestão da Fundação, o montante da rubrica de devedores diversos reflete o valor a receber de 227.810,00 euros referente às rendas dos edifícios ocupados pelo Hospital Particular que não foram liquidadas. A empresa Hopalis, proprietária do Hospital Particular apresentou-se à falência e encontra-se em situação de liquidação judicial, pelo que deveria ter sido criada a respetiva imparidade. Facto este que originou uma reserva às contas.
- (l) A empresa reforçou as imparidades no valor de 631.998,80 euros referente à participação na Mundinter e BPG.
- (m) No exercício de 2016, a Fundação Oriente procedeu à venda da Empresa Mundinter. Foi feito um empréstimo a esta empresa no montante de 64.195,29 euros. Para reembolso foi acordado pagamentos anuais até 2019. O valor de 2018 foi cumprido através do recebimento de 21.000 euros.
- (n) Análise aos movimentos e saldos das contas do ativo fixo e depreciações praticadas;
- (o) A fundação procedeu à alienação de diversos lotes situados em Valejas, freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras, originando uma menos-valia de 216.700,86 euros que se encontra devidamente contabilizada.
- (p) Análise e testes dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- (q) Análise aos movimentos nas contas de fundos patrimoniais;

Lisboa, 4 julho 2019


Francisco Manuel Constantino Pinto
Revisor Oficial Contas 694